

As determinações do imperialismo sobre a produção e as relações de trabalho na particularidade brasileira

Davi Machado Perez¹

Rodrigo Fernandes Ribeiro²

Resumo

Este artigo realiza uma análise das determinações do imperialismo sobre o capitalismo dependente brasileiro, retomando a gênese escravista e o desenvolvimento da luta de classes. Para tanto, utilizou-se os estudos de Florestan Fernandes e István Mészáros, dentre outros, como fundamentação deste objeto. Posteriormente, os dados sobre a produção e o trabalho possibilitaram um recorte pelo qual as relações de trabalho precárias, terceirizadas, com forte presença da informalidade e do desemprego, relacionam-se com o predomínio dos setores econômicos primário-exportadores. A burguesia local é subordinada aos países de capitalismo central na configuração do imperialismo total, restando aos trabalhadores a alternativa socialista.

Palavras-chave

Capitalismo dependente; imperialismo; precarização; desemprego; economia primário-exportadora.

The determinations of imperialism on production and labor relations in the Brazilian particularity

Abstract

This article analyzes the determinations of imperialism on Brazilian dependent capitalism, returning to the slave genesis and the development of the class struggle. To this end, the studies of Florestan Fernandes and István Mészáros, among others, were used as a basis for this object. Subsequently, data on production and work made it possible to identify precarious, outsourced labor relations, with a strong presence of informality and unemployment, related to the predominance of primary-exporting economic sectors. The local bourgeoisie is subordinated to the central capitalist countries in the configuration of total imperialism, leaving the workers with the socialist alternative.

Keywords

Dependent capitalism; imperialism; precariousness; unemployment; primary-export economy.



Artigo recebido em fevereiro de 2024

Artigo aprovado em abril de 2024

Introdução

O debate público sobre o desenvolvimento econômico na periferia capitalista, predominantemente, mimetiza as experiências das revoluções clássicas do capitalismo, retirando das mesmas os conflitos de classe e as determinações da dominação imperialista na divisão internacional do trabalho.

Este artigo tem como objetivo geral a constituição sintética da análise marxista sobre a determinação predominante do estágio superior do capitalismo, o imperialismo, no capitalismo dependente brasileiro, considerando sua gênese e desenvolvimento. Dentro deste objetivo, verifica-se a crescente importância da exportação de matérias-primas, assim como a precarização das relações de trabalho.

Marx, Mészáros, Fernandes e Ianni são as principais referências utilizadas nesta análise, assim como outros autores que têm como objeto de estudo as relações de trabalho e institutos de pesquisa que quantificam as variáveis sobre a produção e o emprego no Brasil.

Duas seções compõem essas tarefas. Na primeira, gênese e desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil e o imperialismo total, reconstituindo a particularidade da sociedade de classes nesse território. Na segunda, as relações de trabalho³ serão analisadas no sentido da identificação das determinações que reservam à periferia a condição de produtora de matérias-primas e bens de consumo ao capitalismo central. Por fim, considerações finais que fazem uma síntese dessa análise e indicam as tarefas necessárias de superação revolucionária dessa condição.

Gênese colonial, desenvolvimento do capitalismo dependente e o imperialismo total

Abordaremos aqui as determinações do imperialismo na particularidade brasileira, identificando qual tipo de transformação capitalista nos coube na partilha do mundo, quais são os marcos da evolução possível desse capitalismo e o que ele reserva para suas duas principais classes: a burguesia e o proletariado. Nesse sentido, para demonstrá-lo, precisamos compreender a gênese e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil no contexto global das metamorfoses do imperialismo moderno e contemporâneo.

O imperialismo, segundo a concepção de Lênin (2012), sustenta-se em elementos objetivos como a exportação de capital, a fusão do capital bancário e industrial (financeirização) e é expressão da fase monopolista do capitalismo, sendo que a tendência à concentração e centralização é intrínseca ao processo de reprodução ampliada do capital (MARX, 2013). Ademais, destaca-se que a especificidade – no contexto da era imperialista – dos países capitalistas dependentes já é identificada por Lênin no início do século passado (PEREZ, 2019).

A gênese colonial da particularidade brasileira precisa ser compreendida no contexto da transição histórica apreendida por Marx (2013), ao abordar a assim chamada *acumulação primitiva do capital*. Na Europa, a acumulação primitiva se deu através da *expropriação* dos camponeses, impulsionando a separação entre produtor e meios de produção, com a burguesia nascente se utilizando do Estado para os mais brutais meios jurídicos e de coerção física a fim de garantir paulatinamente o enquadramento da população no proletariado.

Porém, somente com a grande indústria, que emergiu a partir da Revolução Industrial em meados do século XVIII, é que o modo de produção capitalista terá condições de se tornar economicamente dominante. A mudança na *quantidade* desembolsada na produção por parte do possuidor de dinheiro ou de mercadorias, o transforma futuramente em capitalista, alterando a *qualidade* da estrutura





econômico-social (PEREZ, 2018). Para compreender concretamente esses processos de transição é preciso uma perspectiva de totalidade: apenas quando o novo modo de produção se torna dominante é que o salto qualitativo se completa, alterando estrutura e superestrutura, ou seja, o conjunto da formação social. É preciso captar cada momento da transitoriedade histórica, a gênese⁴ e o desenvolvimento das categorias, seus processos de mediação e as dimensões da singularidade, da particularidade e da universalidade.

O colonialismo e o escravismo foram elementos fundamentais da acumulação primitiva. Nas palavras de Marx (2013, p. 533):

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva.

Marx ironiza as idealizações ‘idílicas’ da economia política burguesa de que as leis do capitalismo são ‘eternas leis naturais’ e demonstra todo o processo violento e ‘artificial’ necessário para a consolidação do modo de produção capitalista. Assim chamada acumulação primitiva faz emergir elementos, como os processos de expropriação, que são genéticos do capitalismo e se perpetuam inclusive na atualidade. Contudo, é preciso considerar que se trata também de *um período histórico de transição* em que o colonialismo cumpriu papel chave para garantir a acumulação originária de capital.

Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o *processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro*. A violên-

cia é a parteira de toda *sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova*. Ela mesma é uma potência econômica (MARX, 2013, p. 533, grifos nossos).

Neste contexto, o Brasil Colônia emerge já com uma estrutura econômica heteronômica condicionada pelo domínio da Metrópole. O escravismo aqui instituído não se confunde com o feudalismo e nem com o capitalismo propriamente dito, tratava-se de um *modo de produção escravista* que determinava em última instância o caráter de nossa *formação social escravista* (GORENDER, 2016).

Na análise de Fernandes (2005, p. 32), não se pode associar legitimamente o senhor de engenho do período colonial ao “burguês” e nem a “aristocracia agrária” à burguesia. A mercantilização da produção agrária só se dava como tal para os agentes econômicos que controlavam as articulações das economias coloniais com o mercado europeu. Aquilo que o senhor de engenho realizava não consistia no “lucro” propriamente dito, mas da parte que lhe cabia no circuito global da apropriação colonial. Portanto, “nada justificaria assimilar o senhor de engenho ao ‘burguês’, e é um contrassenso pretender que a história da burguesia [brasileira] emerge com a colonização” (FERNANDES, 2005, p. 33).

Na economia escravista não se trata da compra da *força de trabalho*, pois o senhor compra o homem/mulher escravizado/a por um valor que é equivalente à antecipação do mais-valor (ou seja, o total do valor que sua força de trabalho agregará na produção às mercadorias finais, menos o que será gasto em sua alimentação, alojamento etc.) que será gerado por ele ao longo de todo o período em que trabalhará no engenho ou plantação.

O preço que se paga pelo escravo não é outra coisa senão o *mais-valor ou o lucro, antecipado e capitalizado, a ser extraído dele*. Mas o capital que se paga na compra do escravo não pertence ao capital por meio do qual se extrai do escravo o lucro, o mais-trabalho. Pelo contrário. *É capital que o senhor de escravos alienou*, dedução do capital que ele detém na produção real.

Não existe mais para ele, exatamente como o capital investido na compra da terra não existe mais para a agricultura (MARX, 2017, p. 869, grifos nossos).

O senhor aliena o capital investido na compra da pessoa escravizada e só poderá adquiri-lo novamente quando vender o homem/mulher escravo/a. Não se trata do modo de produção especificamente capitalista, que pressupõe o trabalho assalariado, mas do modo de produção escravista⁵. O escravismo edificado no Brasil, primeiramente, é impulsionado e se articula ao mercantilismo, e a partir de meados do século XVIII vincula-se à gradual ascensão global do capitalismo.

Nossa via não clássica de revolução burguesa adquire condições para sua emergência quando, na segunda metade do século XIX, o rompimento com o estatuto colonial possibilita a diferenciação do sistema produtivo e das relações de produção, e a sociedade adquire relativa autonomia e singularidade. Decorre desse processo uma generalização da ruptura entre trabalhador e meios de produção, num contexto em que o capitalismo global, em ascensão desde meados do século XVIII, acirra a contradição entre desenvolvimento de forças produtivas e relações sociais de produção⁶. Quer dizer, é nesse momento que se explicita na sociedade brasileira a

[...] contradição entre a *mercadoria* e o *escravo*”, fazendo com que “a contradição entre o modo de produção e as relações de produção” se torne “aberta e incômoda, impondo-se a sua resolução” (IANNI, 1966, p. 78, grifos do autor).

A abolição da escravidão, efetivada tardiamente no Brasil em 1888, envolveu por partes das classes dominantes a possibilidade de ampliação da margem de lucro e do nível de desenvolvimento das empresas e do mercado. O negro escravizado se transforma em trabalhador “livre”, e a mão-de-obra em força de trabalho. Na categorização de Ianni (1966, p. 83), é neste momento que “[...] a produção de lucro é função da produção da mais-valia relativa”. Ou seja, é nesse contexto que se generaliza no Brasil o trabalho assalariado e o modo de produção capital-

ista propriamente dito, possibilitando a adequação da força de trabalho para a complexificação da composição orgânica do capital.

O fim do Brasil Império e o início da República não se deu através de um colapso do poder oligárquico, mas de uma transição que, mantendo a hegemonia da oligarquia, recompõe as estruturas do poder configurando o domínio da burguesia. Apesar da retórica liberal, a burguesia brasileira mostra suas verdadeiras entranhas “reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico” (FERNANDES, 2005, p. 242). Exemplo disso foi o tratamento dado às greves da década de 1910, encaradas puramente como casos de polícia, ou a própria repressão contra as mais amplas reivindicações democráticas do povo meio século depois.

Nas condições sócio-históricas de países como o Brasil, fica patente que determinadas burguesias não podem protagonizar, ao mesmo tempo, a transformação capitalista e a revolução nacional e democrática. Nossa burguesia sentiu-se confortável com a continuidade da dependência, uma vez que a transição não foi determinada por sua “vontade revolucionária”, mas por sua capacidade de absorver os novos padrões produtivos do capitalismo monopolista edificando seus laços de associação com o imperialismo (FERNANDES, 2005, p. 253). Temos, então, o firmamento da *modernização conservadora* numa composição magistral entre o ‘velho’ e o ‘novo’, fazendo prevalecer a lógica da dominação burguesa dos grupos oligárquicos dominantes, garantindo “a maior segurança possível na passagem do mundo pré-capitalista para o *mundo capitalista*”, prevenindo a “desordem da economia”, a “dissolução da propriedade” ou o “desgoverno da sociedade” (FERNANDES, 2005, p. 247).

A Aliança Liberal, que em 1930 deu início a era getulista, consubstanciou os ideais de revolução especificamente política emanada do cume dos cidadãos rebeldes e seu movimento cívico de derrubada da antiga oligarquia. Esse movimento colocou o povo nas ruas,



animando amplos setores populares insatisfeitos com a República Velha. Porém, *os de cima* tinham outras ideias e intenções. Getúlio, ao mesmo tempo em que introduziu direitos trabalhistas, fez dos trabalhadores “cauda política” do movimento burguês, atrelando os sindicatos ao Estado e ignorando a situação dos miseráveis da terra. Apoiando-se, para isso, no bloco de poder do latifúndio e da burguesia industrial (FERNANDES, 1994, p. 102).

Após a queda do Estado Novo ocorreram ensaios de democracia, num contexto em que as classes trabalhadoras cresceram numericamente e em vigor político. A democracia respondia às exigências cívicas de cada uma das classes de maneira diferente. Posteriormente, “a possibilidade da emergência de uma democracia de participação ampliada, foi razão suficiente para um golpe de Estado e a imposição de uma ditadura de inspiração militar e de suporte civil” (FERNANDES, 1994, p. 103). A ditadura civil-militar (com o suporte civil dirigido predominantemente pela burguesia empresarial), iniciada em 1964, foi um ponto culminante na plena estruturação do *bloco de poder do capital monopolista associado ao imperialismo*.

Após a Segunda Guerra Mundial, algumas mudanças importantes ocorreram na forma do domínio econômico e político exercido pelo imperialismo, além de transformações socioculturais nesse âmbito. Os países (principalmente do leste europeu) que vivenciaram processos pós-capitalistas e tentaram a transição ao socialismo (com avanços sociais, culturais e tecnológicos importantes⁷) compeliram “as nações capitalistas avançadas da Europa, América e Ásia para uma defesa agressiva do capitalismo privado” (FERNANDES, 2009, p. 29-30).

As transformações econômicas, da estrutura urbana e tecnológicas nos países centrais engendraram formas bastante destrutivas “de utilização das matérias-primas da periferia, as quais converteram em maior ou menor grau, as nações periféricas em fator de equilíbrio e de crescimento balanceado das economias centrais” (FERNANDES, 2005, p. 296). Isso fez com que esses países subordinados, enquanto fontes

de matéria-prima essenciais ao desenvolvimento do capitalismo monopolista, se tornassem profundamente incorporados “à estrutura, ao funcionamento e ao crescimento das economias centrais como um todo”, resultando numa forma de incorporação “devastadora da periferia às nações hegemônicas e centrais, que não encontra paralelos nem na história colonial e neocolonial do mundo moderno, nem na história do capitalismo competitivo” (FERNANDES, 2005, p. 296).

Enquanto o antigo imperialismo constituía uma manifestação de concorrência nacional entre economias capitalistas avançadas, o novo imperialismo representa uma luta violenta pela sobrevivência e pela supremacia do capitalismo em si mesmo. Algumas características centrais desse domínio são: “a expansão incoercível da empresa corporativa, a hiperinfluência das finanças internacionais e a hegemonia dos Estados Unidos” (FERNANDES, 2009, p. 30). A influência hegemônica dos EUA foi recebida “como um preço razoável pelas burguesias nacionais dos países capitalistas avançados, inclusive a Inglaterra, França, Alemanha e o Japão”, mesmo com algumas tensões que são “manipuladas em condições seguras para a defesa e o fortalecimento dos interesses privados, isto é, do capitalismo” (FERNANDES, 2009, p. 30). É inegável que a nova fase do “imperialismo hegemônico global” está sob o controle predominante dos Estados Unidos (MÉSZÁROS, 2003, p. 11).

Essa nova fase do imperialismo também precisa ser compreendida, a partir de meados dos anos 1960/70, no contexto da *crise estrutural do capital*, em que o sistema do capital se aproxima de seus limites históricos e sistêmicos. A potencialidade destrutiva do sistema e seu “complexo industrial/militar” demonstra que “com o fim da ascensão histórica do capital, as condições de reprodução expandida do sistema foram radical e irremediavelmente alteradas”, colocando em primeiro plano suas “tendências destrutivas” e o “desperdício catastrófico” (MÉSZÁROS, 2003, p. 22). A crise estrutural do capital consiste numa crise de caráter *global e universal* (que atinge todos os países e todo o sistema), sua duração é *extensa e contínua*





(e não meramente conjuntural) e sua forma de desdobramento é *gradual* (o que não exclui convulsões futuras).

Neste contexto de crise estrutural, o desemprego já não consiste em um “exército de reserva” com relativa rotatividade esperando por ser ativado e trazido para o quadro da expansão produtiva do capital como acontecia na época da expansão do capitalismo, trata-se de um quadro em que “a grave realidade do desumanizante desemprego assumiu um caráter crônico, reconhecido até mesmo pelos defensores mais acríticos do capital como “desemprego estrutural”” (MÉSZÁROS, 2003, p. 22). A saída do capital sempre foi a administração do desemprego, mas no contexto atual é comum a proliferação de subempregos com alto grau de precarização, instabilidade e desproteção social, reduzindo o contingente de trabalhadores em melhores condições a uma parcela cada vez menor.

István Mészáros (2003, p. 27) afirma que “o final da ascensão histórica do capital também trouxe consigo uma *equalização para baixo da taxa diferencial de exploração*”. O filósofo húngaro chega a citar o exemplo de uma mesma empresa (Ford) que, em 1971, remunerava nos EUA sua mão de obra com US\$7,50 por hora, enquanto nas Filipinas a remuneração por trabalho equivalente era de apenas US\$0,30 hora. Essa tendência demonstra que:

Por uma série de razões, incluindo a *articulação estrutural* do “capitalismo avançado” com a catastroficamente perdulária *taxa de utilização decrescente* como importante condição de expansão contínua, *não é concebível* que esse fracasso do capitalismo seja remediado no futuro. Assim, o fracasso da modernização capitalista do “Terceiro Mundo”, apesar de todos os esforços nela investidos durante décadas de expansão do pós-guerra, chama nossa atenção para um *defeito estrutural fundamental de todo o sistema* (MÉSZÁROS, 2003, p. 29, grifos nossos).

Com a conformação do imperialismo global hegemônico e a falência da possibilidade de “decolagem” dos países subdesenvolvidos, no contexto da crise estrutural que restringe as margens de manobra para

reformas dentro da ordem, evidencia-se que a condição heteronômica das nações subjugadas constitui um defeito estrutural do próprio sistema do capital. Essa compreensão rompe com as ilusões de um projeto autopropelido de nação no Brasil nos marcos do sistema capitalista.

A história do imperialismo, segundo Mészáros (2003, p. 72), passou três fases distintas:

O primeiro imperialismo colonial moderno construtor de impérios, criado pela expansão de alguns países europeus em algumas partes facilmente penetráveis do mundo; 2. Imperialismo “redistributivista” antagonisticamente contestado pelas principais potências em favor de suas empresas quase-monopolistas, chamado por Lênin de “estágio supremo do capitalismo” [...] e 3. Imperialismo global hegemônico, em que os Estados Unidos são a força dominante, [...] que trouxe o imperativo de constituir uma estrutura de comando abrangente do capital sob um “governo global” presidido pelo país globalmente dominante.

Esse imperativo que impulsiona a sanha do imperialismo estadunidense em suas mais arbitrárias ações de intervenção, golpes de Estado, guerras e genocídios contra povos de todas as regiões do mundo, ao mesmo tempo defronta-se com os interesses geopolíticos de outros Estados-Nação, como Rússia e China, não alinhados plenamente com o imperialismo ocidental. Esse confronto entre a necessidade de um *Estado oficial do capital* no plano global e os interesses de outros Estados nacionais é apontado por Mészáros (2003) como uma das contradições insuperáveis no interior do sistema em sua crise estrutural.

Conforme o capitalismo avançado se desenvolve, ele impõe contínuos “reajustamentos no mercado mundial, dos quais resultam a transformação e a reorientação das técnicas capitalistas de controle à distância das economias nacionais dependentes”, essas alterações ocorrem sempre no sentido de “converter os dinamismos de crescimento da economia capitalista satélite em fonte de transferência para fora do seu próprio excedente econômico” (FERNANDES, 1968, p. 66). A dupla articulação que configura a dependência apresen-



ta-se de modo que a *articulação interna* (desenvolvimento desigual entre distintas formas de produção, articulando setores arcaicos e modernos e implicando modos relativos de subdesenvolvimento) vincula-se à *articulação externa* (imperialismo/dependência), e esta última faz parte e é constitutiva da própria estrutura interna. Ambas constituem o *todo unitário* que configura o capitalismo dependente brasileiro (FERNANDES, 2005, p. 351).

Ao contrário de algumas interpretações que falam em uma debilidade ou ‘falta de esperteza’ da burguesia brasileira, o seu caráter dependente e associado ao imperialismo estrangeiro não faz dela uma burguesia frágil ou débil. Segundo Fernandes (2005, p. 342), enquanto mais “se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de “parceiros sólidos” na periferia dependente e subdesenvolvida”. Essa solidez se confirma não somente com “uma burguesia articulada internamente em bases nacionais” como também “*bastante forte* para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa” (FERNANDES, 2005, p. 342, grifo nosso). Ou seja, nossa burguesia nativa é *bastante forte e competente para articular internamente a dominação imperialista externa*.

O cenário inaugurado com o golpe empresarial-militar de 1964 foi de expansão do capitalismo industrial no Brasil, com importantes influências na agricultura e no capital financeiro. Decresceu a força da burguesia nacional e aumentou a articulação entre capital monopolista e Estado. Para Paulo Netto (2014, p. 74), o imperialismo (principalmente estadunidense) foi um grande apoiador do golpe de 1964, pois os EUA “estavam fomentando movimentos como o que levou ao 1º de abril em todas as latitudes, no processo da *contrarrevolução preventiva em escala mundial*”. A ditadura civil-militar permitiu a cristalização do capitalismo dependente, a plena vinculação da economia brasileira ao imperialismo e o firmamento da impossibilidade de democratizar substantivamente a sociedade brasileira.

Neste contexto, Ianni (2019, p. 89) demonstra que em 1974 “o faturamento das empresas estrangeiras alcançou 42,8% do total, enquanto as nacionais privadas chegaram a 32,0%, e as estatais atingiram apenas 25,2%”. Essas tendências intensificaram a pauperização absoluta e relativa da classe operária, permitindo à burguesia monopolista nacional e estrangeira, por meio da desvalorização do salário real, a realização de uma *mais-valia extraordinária*, aumentando a expropriação e a taxa de mais-valor. A superexploração da classe operária aparece no “cotidiano da vida do trabalhador em termos de escassez, ou precariedade, de recursos para alimentação, vestuário, habitação, saúde, educação, transporte e outros elementos que entram na composição das condições sociais de existência da classe” (IANNI, 2019, p. 138).

Os elementos aqui desenvolvidos consolidaram um padrão estrutural que segue se reafirmando na contemporaneidade, mesmo com importantes mudanças dinâmicas e conjunturais. Deste modo, o desenvolvimento de estudos que abarque fenômenos atuais precisa ter como pressuposto a manutenção da dependência econômica e da pressão interna do imperialismo total, com todas as suas consequências materiais e superestruturais.

As relações de trabalho brasileiras: o predomínio da economia agromineral exportadora, desemprego e subemprego

Como visto até aqui, as relações de produção, os fluxos de capital e a divisão internacional do trabalho são constituídas em um processo no qual, à periferia, predominantemente, recaem os padrões de acumulação de atividades de baixa complexidade industrial, produtora de matérias-primas para a produção de mercadorias nos grandes centros industriais dos países de capitalismo central. Em um processo pelo qual a especialização das economias periféricas reafirma a “lei do desenvolvimento desigual e combinado” (BAMBIRRA, 2013, p. 77), é importante enfatizar tal processo pelo qual poucos países da América Latina chegaram ao ápice industrial dependente, destacando-se, entre eles, o Brasil.

É assim que o curso do desenvolvimento do capitalismo na AL passa de uma *formação socioeconômica dependente colonial-exportadora* para uma *formação socioeconômica dependente capitalista-exportadora*, até finalmente chegar a uma *formação socioeconômica dependente capitalista-industrial* (BAMBIRRA, 2013, p. 78 – grifos da autora)⁸.

Com base neste desenvolvimento desigual e combinado, um dos focos desta seção, as relações de trabalho, não poderiam deixar de se constituir com base em uma profunda hierarquização e desigualdade, tanto no âmbito das frações internas da própria classe trabalhadora (étnico-raciais, de gênero, regionais, dentre outros), quanto em relação ao proletariado mundial, além do reforço da heteronomia do trabalho frente ao capital (ANTUNES, 2009).

Da desagregação do regime civil-militar até a reabertura política, a classe trabalhadora enfrentou as medidas que pretendiam aprofundar a exploração da força de trabalho e impedir a auto-organização e autonomia do movimento sindical e popular.

Enquanto resistência proletária, destaca-se, neste ínterim, o *novo sindicalismo*, movimento que representou a reorganização da classe trabalhadora que questionava a ditadura patronal, a estrutura sindical corporativa de Estado e a crescente pauperização e desigualdade social (RIBEIRO, 2022b). As greves do ABC paulista catapultaram a liderança do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, impulsionando a reorganização de diversas categorias e os seus sindicatos, no sentido da autonomia sindical e da prevalência do trabalho de base.

Como resultado direto da reorganização da classe trabalhadora nos anos 1980, a Constituição Federal de 1988 consubstancia uma série de direitos sociais requeridos, sejam os de dimensão trabalhista, sejam os que compõem a seguridade social. Contudo, o resultado da Carta Magna celebrou a conciliação de classes, a anistia aos militares e civis que gerenciam a autocracia burguesa, assim como manteve uma série de estruturas que mantêm intactos os privilégios dos proprietá-

os privados dos meios de produção fundamentais. Tratou-se de uma reciclagem da autocracia burguesa combinada com os mecanismos da democracia de cooptação (PEREZ, 2019).

Em síntese, o capitalismo dependente restituiu a dominação burguesa sob a legalidade da democracia burguesa. As eleições periódicas, liberdade de organização partidária e sindical, foram redimensionadas no sentido da limitação das reivindicações e lutas dentro da ordem. Entre percalços, tal como o golpe jurídico-parlamentar de 2016, as liberdades civis mantiveram-se no patamar limitado da democracia restrita.

Ainda que sem o artifício da ditadura do capital 'a quente', ou seja, na plena dominação política da institucionalidade democrático burguesa, a ofensiva do capital não se constrangeu com este processo e empreendeu uma renhida reestruturação produtiva, no âmbito das fábricas e demais locais de trabalho, assim como nas políticas estatais. As mudanças estruturais que resultaram em flexibilização da contratação da força de trabalho e retirada de direitos trabalhistas fundamentais já foi analisada por diversos pesquisadores, desde à década de 1990 até às recentes contrarreformas trabalhistas (ANTUNES, 2018; FILGUEIRAS, 2021; TAVARES, 2021; dentre outros).

É preciso destacar o momento crucial da contrarreforma trabalhista em 2017, seja na lei que permitiu a terceirização das atividades fins, seja na lei que alterou mais de 100 artigos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Em síntese, o capital enfraqueceu ainda mais as capacidades protetivas da legislação trabalhista, ampliando as possibilidades de contratação precária de força de trabalho, seja na ampliação da negociação de direitos consolidados frente ao que já é legislado, seja no enfraquecimento da representação sindical e da proteção aos trabalhadores na Justiça do Trabalho.

Essa ofensiva sobre o trabalho foi empreendida sob as condições da particularidade do capitalismo dependente no Brasil. O poderio dos setores econômicos primário-exportadores se fortaleceu em





tal magnitude que hoje a especialização deste país, de tamanho continental, é destinada à agroindústria, ao extrativismo mineral e ao setor de serviços (leia-se, finanças e comércio varejista). A indústria de transformação, que representa o incremento de tecnologia e de mercadorias sofisticadas que elevam a riqueza produzida e, por consequência, a qualidade e a valorização dos postos de trabalho, perdeu progressivamente uma importância que já foi considerável, ainda que muito distante do que os países de capitalismo central conseguiram produzir.

A evidência da dominação destes setores se destaca pelo peso na produção interna. Com base na análise do IBGE (2022, p. 20), referente ao ano de 2021, a participação relativa dos setores econômicos no valor adicionado aponta a expressiva participação do setor de serviços, em 69,8%. A indústria, em geral, respondia a 22,2%, sendo que deste percentual a indústria de transformação respondeu por apenas 11,3%⁹. A condição periférica se reforça no sentido de que a indústria extrativista, produtora de matérias-primas em grande parte exportadas, está dentro do índice da indústria em geral, respondendo por 5,5%. A tendência que aprofunda a dependência pode ser percebida pela queda da participação da indústria, comparada com o ano 2000, que respondia pela participação de 26,7%, e o aumento expressivo da indústria extrativista dentro deste grupo, que era de 1,4% no ano 2000. Para finalizar, a participação da agropecuária cresceu na comparação do ano 2000, com 5,5%, para o ano de 2021, com 8,1%.

Estes indicadores podem ser adicionados à análise do mercado de trabalho. Nas bases da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2024), é possível identificar este profundo retrocesso dos setores que produzem as mercadorias mais complexas e a que se destinam os melhores empregos. No que tange aos vínculos formais e protegidos, o mercado de trabalho em 1988 se constituía por 24,81% dos vínculos no setor da indústria de transformação, 28,69% no setor de serviços e 12,7% no

setor de comércio¹⁰. Em 2021, após uma série de transformações nos vínculos e setores predominantes, a diminuição do setor de transformação foi expressiva, assim como o aumento da participação nos setores de serviços e comércio: respectivamente, 15,63%, 37,38% e 19,53%. Comércio e serviços são atividades em que os salários são menores¹¹, que representaram quase 60% do mercado de trabalho formal brasileiro no ano de 2021.

Essa realidade é determinada pela administração de um patamar controlável da superpopulação relativa pelo capital, nos termos de Marx (2013), em que o conjunto de desempregados e subempregados se constitui em um contrapeso ao valor dos salários. Este processo se realizou durante a ditadura empresarial-militar e, após, com a restituição da democracia institucional burguesa.

Os anos 1990 representaram um primeiro passo, pós-redemocratização, na flexibilização dos contratos e vínculos de trabalho. Nos anos 2000 essa ofensiva se estabelece por uma parceria da qual o grande incremento da terceirização se torna um elemento de enfraquecimento da organização sindical. Considerado por Antunes (2018, p. 163) como o “fio condutor da precarização no Brasil”, tal atividade aprofunda a gestão e o controle da força de trabalho, com pesquisas que identificaram que “é entre os terceirizados que essas condições de trabalho são piores, com maiores jornadas, maior rotatividade e menor acesso a benefícios” (ANTUNES, 2018, p. 159). A *terceirização* foi, nestes termos, um dos principais momentos de aprofundamento da precarização do trabalho, que celebrou em 2017 o seu arremate final com a possibilidade de terceirização das atividades fins.

No âmbito dos trabalhadores com vínculos formais, celetistas e estatutários, a tendência é a crescente precarização dos vínculos, remunerações e condições de trabalho, em uma série de contrarreformas aprovadas nos últimos 30 anos. O contingente total destes trabalhadores com vínculos formais, em 2021, perfaz 48 milhões de trabalhadores.



O fenômeno da *informalidade* aprofunda sua participação no mercado de trabalho e torna-se o chamariz da autonomia laboral. A quantidade de 39 milhões de trabalhadores na informalidade (IBGE, 2023) – cerca de 40% da força de trabalho atuante – denuncia o quanto essa parcela é fundamental no processo de acumulação capitalista. Os “fios (in)visíveis da produção capitalista”, já denunciados por Tavares (2021), foram incorporados pela literatura dos estudos sobre o trabalho que recorrem à conciliação entre capital e trabalho, enfatizando as qualidades do trabalho deste ‘setor’ desprotegido.

Aliado ao traço distintivo da informalidade, a ideologia do *empreendedorismo* em atividades do setor de serviços e/ou de baixo valor agregado também se destaca na particularidade brasileira, desde a versão consagrada do sujeito que pretensamente ‘vence’ no mercado por ir para além da proteção estatal, até o neoempreendedorismo das plataformas digitais. Com relação à essa transformação contemporânea, Filgueiras (2021, p. 65) identifica:

O neoempreendedorismo é uma radicalização da narrativa da onda anterior de ‘novidades’ porque o uso das tecnologias (particularmente a internet e as plataformas) sugere uma aparente democratização dos meios de produção: basta ter um computador, um carro ou mesmo uma bicicleta para a produção ‘autônoma’ de renda, seja como criador, seja como parceiro de uma *start-up*.

E, por fim, o referido *desemprego estrutural*, que é uma necessidade para a reprodução capitalista, principalmente no contexto da dependência. Fator marcante dos últimos anos, o desemprego sofreu uma leve inflexão nos anos 2000, com taxas que chegaram a menos de 5% no ano de 2013. O resultado foi a intensificação das greves e, por outro lado, o endurecimento da ofensiva do capital que empreendeu uma guinada política pela extrema-direita e aprofundou seus projetos com as contrarreformas de 2016 a 2019 (RIBEIRO, 2022b). Este conflito vaticina que o projeto burguês não almeja sequer um traço de

autonomia e soberania, restando somente a heteronomia que é muito lucrativa para os setores agromineral exportadores e seus sócios do setor de serviços e comércio.

Considerações finais

Neste breve artigo, observamos que no Brasil a transição do modo de produção escravista para o capitalismo dependente se concretizou aprofundando a heteronomia econômica e os processos de expropriação. As antigas oligarquias se aburguesaram e, junto à burguesia advinda de imigrantes, mantiveram seus vínculos com as classes dominantes estrangeiras, em um processo de duro arrocho salarial para a classe trabalhadora e democracia restrita ao topo das classes dominantes.

As relações de trabalho não poderiam deixar de expressar este processo, com a constituição de uma economia primário-exportadora e uma frágil industrialização vinculada diretamente aos monopólios, em que o desemprego estrutural, a precarização, a informalidade e a terceirização são características marcantes.

Por fim, afirmamos que a alternativa socialista (RIBEIRO, 2022a) é o único caminho de superação dos entraves da dependência e do subdesenvolvimento. Se levadas até as últimas consequências, as lutas pelas transformações democrático-nacionais, dentro da ordem, só terão efeito substantivo prático se transformarem-se tão rapidamente em lutas por rupturas revolucionárias contra a ordem, de superação do capitalismo como modo de produção predominante. Para este entendimento, os passos do movimento real precisam avançar, para além de sectarismos e exclusivismos, na conformação da unidade das forças proletárias e populares. O que só será possível se a mirada crítica e autocrítica for capaz de avaliar, efetivamente, após a concretização de cada processo, os limites e avanços, erros e acertos táticos e estratégicos, no sentido de superar as debilidades e se colocar à altura do desafio histórico iminente.





Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed.; 10ª reimpressão. São Paulo; Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1ª ed. – São Paulo; Boitempo, 2018.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis; Insular, 2013.
- DIEESE. Emprego, Renda e projeto nacional de desenvolvimento. **Boletim de Conjuntura**. nº 35 – agosto/setembro de 2022b. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2022/boletimconjuntura35.html> Acesso em: 15 jan. 2024.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ªed. São Paulo: Globo, 2005.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América latina**. São Paulo: Global Editora, 2009.
- FERNANDES, Florestan. **Democracia e desenvolvimento**: A transformação da Periferia e o Capitalismo Monopolista da Era Atual. São Paulo: Hucitec, 1994.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- FILGUEIRAS, Vitor Araújo. **“É tudo novo”, de novo**: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital. São Paulo: Boitempo, 2021.
- GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Perseu Abramo, 2016.
- IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais**: Indicadores de Volume e Valores Correntes. Out. Dez. 2021. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2021_4tri.pdf Acesso em: 26 jan. 2024.
- IBGE. Quadro Sintético. **PNAD Contínua** – Divulgação: outubro de 2023 Trimestre móvel: jul.-ago.-set./2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/f542f6a1510643ef0bb-5da729564f360.pdf Acesso em: 26 jan. 2024.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZÁROS, István. **O Século XXI**: Socialismo ou Barbárie. São Paulo: Boitempo, 2003.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Base de dados do RAIS**. 2024. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php> Acesso em: 26 jan. 2024.

PAULO NETTO, José. **Pequena história da ditadura brasileira** (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014.

PEREZ, Davi Machado. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e democracia de cooptação: o golpe de 2016 e a atualidade de Florestan Fernandes. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 37, p. 10-25, jan./jun. 2019.

PEREZ, Davi Machado. Método, ideologia e Estado: aproximações a partir do legado de Marx. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 147-156 jan./abr. 2018.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes. Ilusões do liberalismo, influxos do imperialismo e alternativa socialista. **Argumentum**, Vitória, v. 14, n. 2, p. 42-56, maio/ago. 2022a.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes. Passado, presente e tendências para o futuro das lutas sindicais no Brasil. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 166-175, jan./abr. 2022b.

TAVARES, Maria Augusta. **Informalidade e Precarização do Trabalho**: a nova trama da produção capitalista. 1ª ed.; São Paulo: Cortez Editora, 2021.

Notas

- 1 Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre e Bacharel em Serviço Social pela mesma instituição. Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Líder do Futuro Presente – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Práxis e Formação Social Brasileira. Email: davi.perez@ufop.edu.br ORCID n° 0000-0003-0267-2380.



- 2 Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Assistente social, cientista social, Mestre e Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É pesquisador do Futuro Presente – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Práxis e Formação Social Brasileira e do Mineração do Outro – Núcleo de estudos, pesquisa e Extensão. Email: rodrigo.fernandes@ufop.edu.br. ORCID n° 0000-0002-4912-988X.
- 3 As relações de trabalho, aqui, referem-se à relação de compra e venda da mercadoria força de trabalho, o chamado mercado de trabalho.
- 4 Se considerarmos, por exemplo, a gênese do capital em geral (diferenciando capital de capitalismo), verificaremos que “[...] não só o comércio, como também o capital comercial, é mais antigo que o modo de produção capitalista; ele é, na realidade, a forma mais antiga de existência livre que o capital apresenta na história” (MARX, 2017, p. 369).
- 5 Marx (2013, p. 403) afirma nitidamente que a extração do mais-trabalho não é exclusividade das relações de produção capitalistas.
- 6 É importante ressaltar que Marx (2008), no seu Prefácio de 1859, afirma que é a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção que possibilita a abertura de uma época de revolução social. E essa mesma revolução consiste na mudança da estrutura social – e, portanto, do modo de produção economicamente dominante – e de toda imensa superestrutura jurídica, política, cultural etc., erigida sobre ela (que se transforma mais ou menos rapidamente). A categoria formação social [Gesellschaftsformation] também aparece no Prefácio expressando o conjunto das dimensões estruturais e superestruturais de uma dada sociedade.
- 7 O que – no pós-Segunda Guerra – significou a “existência de uma economia socialista bem-sucedida e expansiva, dotada pelo menos de padrões equivalentes de tecnologia, organização burocrática, produtividade, crescimento acelerado e internacionalização” (FERNANDES, 2009, p. 29).
- 8 Ainda que a autora (BAMBIRRA, 2013) defenda a diferenciação entre modo de produção e formação socioeconômica, dando a entender que a abstração da segunda é subordinada ao capitalismo desde a sua gênese, é importante ressaltar que, mesmo dentro da primeira caracterização de formação socioeconômica elaborada pela própria autora, é a colonização que é afirmada, em detrimento do capitalismo.
- 9 A indústria de transformação já chegou a 35,9% de participação relativa no valor adicionado, em 1985 (DIEESE, 2022). No mesmo Boletim, o DIEESE (2022, p. 6) afirma: “Para um país subdesenvolvido, com economia crescentemente dependente de capital estrangeiro, grande contingente populacional e renda mé-

dia muito baixa, como o Brasil, um setor de indústria de transformação pujante e com os centros de decisão internalizados é essencial, seja pela possibilidade de recuperação do emprego de qualidade e dos salários dos trabalhadores ou pelos encadeamentos que a indústria dinamiza em toda a economia. O fortalecimento da indústria significa a movimentação da cadeia como um todo: comércio, setor de pesquisa, serviços em geral, transporte, logística, infraestrutura e assim por diante”.

- 10 Além destes três grupos, nas bases do RAIS – <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php> – há cinco grupos: administração pública; agropecuária, extração vegetal, caça e pesca; serviços industriais de utilidade pública; extrativismo mineral; e construção civil.
- 11 Identificando outra base de dados, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD-Contínua) do IBGE, o rendimento médio das pessoas ocupadas no agrupamento de “comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas” no terceiro trimestre de 2023 (entre julho e setembro) foi de R\$2436,00, e a indústria em geral foi de R\$2927,00. Essas duas categorias ocuparam uma boa parte dos trabalhadores deste período (IBGE, 2023).

